

impostos). **Risco de taxa de juros:** A dívida da Companhia está atrelada a taxas fixas e variáveis, portanto está exposta a variações na taxa de juros. O risco de exposição do CDI é parcialmente compensado por aplicações financeiras. • **Instrumentos de taxa variável:** a Companhia não realiza análise de sensibilidade para instrumento financeiro vinculado a taxas variáveis de juros, pois considera que os possíveis impactos são irrelevantes para as demonstrações financeiras da Companhia. **Risco operacional:** Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas aos processos de negócios, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. O objetivo da Companhia é monitorar os potenciais riscos operacionais visando mitigar ao máximo a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação e continuidade de seus negócios, buscando assim, a eficácia de custos evitando procedimentos de controle que não são eficazes. **Gestão de capital:** A política da Administração é manter uma base de capital suficiente para manter a confiança do investidor, credor e mercado. O principal objetivo é o desenvolvimento futuro de negócios.

16. Partes relacionadas:

	Nota	2017	2016
Ativo circulante			
Contas a receber			
Cooperativa		9	48
Alvean Sugar S.L. (a)		26.575	8.704
	7	26.584	8.752

Passivo circulante

	2017	2016
Fornecedores		
Copersucar S.A.	579	11.600
Alvean Sugar S.L. (a)	21	-
Copersucar Trading A.V.V.	-	58.390
	12	600
		69.990

Dividendos (b)

Copersucar S.A.	13.765	8.387
-----------------	--------	-------

Passivo não circulante

	2017	2016
Partes relacionadas		
Copersucar Trading A.V.V.	34.389	-
Copersucar S.A.	-	3
	34.389	3

Venda de serviços

Alvean Sugar S.L.	168.720	134.862
Cooperativa	81	271
	168.801	135.133

Financeiro - Juros

Copersucar S.A.	-	(5.996)
	-	(5.996)

Operações com partes relacionadas são transações realizadas entre a Companhia e demais partes relacionadas (Cooperativa de Produtores de Cana-de-Açúcar, Açúcar e Alcool do Estado de São Paulo, Copersucar Trading A.V.V., Copersucar S.A. e Alvean Sugar S.L.) e referem-se basicamente a: • **Vendas de serviços** - Operações de vendas de serviços portuários, comercializados conforme contrato firmado entre as partes, em condições semelhantes àqueles realizados com terceiros, considerando-se os volumes, riscos envolvidos e políticas corporativas. (a) Os saldos apresentados com a Alvean Sugar S.L. se referem à prestação de serviços de elevação e *Take or Pay* decorrentes de volumes embarcados inferior ao estabelecido em contrato; e • **Valores passivos** - (b) Dividendos a pagar para controladora direta. **Garantias ou avais e fianças recebidas de partes relacionadas:** Os empréstimos e financiamentos abaixo são avalizados pela parte relacionada Cooperativa:

	Modalidade de financiamento	Vencimento	2017	2016
Tomadora				
Companhia Auxiliar de Armazéns Gerais	Empréstimo Direto Externo (em US\$)	2017	24.405 (a)/(b)	

(a) Empréstimos e financiamentos avalizados;
(b) Nota promissória.

Os empréstimos e financiamentos abaixo são avalizados pela parte relacionada Copersucar S.A.:

	Modalidade de financiamento	Vencimento	2017	2016
Tomadora				
Companhia Auxiliar de Armazéns Gerais	BNDES - FINEM (em BRL)	2017	10.074 (a)	
Companhia Auxiliar de Armazéns Gerais	BNDES - FINEM (em BRL)	2018	14.417 (a)	
Companhia Auxiliar de Armazéns Gerais	BNDES - FINEM (em BRL)	2019	13.432 (a)	
Companhia Auxiliar de Armazéns Gerais	BNDES - FINEM (em BRL)	2020	13.432 (a)	
Companhia Auxiliar de Armazéns Gerais	BNDES - FINEM (em BRL)	2021	13.432 (a)	
Companhia Auxiliar de Armazéns Gerais	BNDES - FINEM (em BRL)	2022	13.432 (a)	
Companhia Auxiliar de Armazéns Gerais	BNDES - FINEM (em BRL)	2023	5.192 (a)	
Companhia Auxiliar de Armazéns Gerais	BNDES - FINEM (em BRL)	2024	1.298 (a)	
			84.709	

(a) Empréstimos e financiamentos avalizados e alienação fiduciária. **Compromissos contratuais com partes relacionadas:** A Companhia Auxiliar de Armazéns Gerais S.A. foi contratada por Alvean Sugar S.L., Copersucar Trading A.V.V., Copersucar S.A. e Cooperativa para prestação de serviços de armazenagem, embarque de açúcar VHP a granel para exportação em sistema de *pool* no terminal da contratada, localizada no Porto de Santos, de um volume estimado de 8.000.000 (oito milhões) de toneladas de açúcar a granel, com tolerância de 10% para mais ou menos. A quantidade total será embarcada em até 31 de março de 2018.

17. Arrendamento mercantil operacional:

Arrendamento como arrendatário

Os arrendamentos operacionais serão pagos da seguinte forma:

	2017	2016
Até um ano	3.343	3.665
Acima de um ano - até cinco anos	15.314	16.875
Mais de cinco anos	88.591	114.502
Total	107.248	135.042

A Companhia reconheceu como despesa com operações de arrendamento mercantil operacional os montantes de R\$ 3.144 em 31 de março de 2017 (R\$ 3.280 em 31 de março de 2016). A Companhia é arrendatária de uma área localizada no Porto de Santos de aproximadamente 50.392 metros quadrados, onde suas instalações estão edificadas. O contrato de arrendamento possui prazo de vigência até março de 2036. Todas as cláusulas restritivas do contrato de arrendamento operacional vêm sendo plenamente atendidas pela Companhia.

18. Patrimônio líquido:

O capital social da Companhia é de R\$ 21.791 em 31 de março de 2017 (R\$20.726 em 31 de março de 2016), representado por 2.019.843 ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, conforme descrito na nota explicativa nº 2. **Reserva de lucros: Reserva legal:** É constituída à razão de 5% do lucro líquido ajustado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. **Reserva de retenção de lucros:** Os lucros acumulados apurados até 31 de março de 2017 foram reclassificados no patrimônio líquido de lucros acumulados para reservas de lucros, e estão à disposição dos acionistas. **Ajuste de avaliação patrimonial:** A reserva para ajustes de avaliação patrimonial inclui ajustes por adoção do custo atribuído do ativo imobilizado em 1º de abril de 2009. Os valores registrados em ajustes de avaliação patrimonial são reclassificados para o resultado do exercício integral ou parcialmente, por meio da depreciação dos ativos a que elas se referem. Ajuste do *hedge* de fluxo de caixa conforme descrito na nota explicativa nº 15 (risco cambial). **Dividendos:** O estatuto social da Companhia determina a distribuição de dividendo limitado a 25% do lucro líquido do exercício ajustado na forma da lei. **Proposta de destinação do resultado do exercício de 2017:**

	2017
Lucro líquido do exercício	55.272
Reserva legal	(213)
Lucro líquido do exercício ajustado	55.059
Porcentagem sobre o lucro líquido ajustado	25%
Dividendo mínimo obrigatório	(13.765)
Reserva de lucro	41.294

DIRETORIA				
Luis Roberto Pogetti Diretor-Presidente	Paulo Roberto de Souza Diretor Superintendente	Júlio Alvarez Boada Diretor	José Augusto Durand Diretor	Ariosto da Riva Neto Diretor

19. Receitas líquidas:
Abaixo, apresentamos a conciliação entre a receita bruta para fins fiscais e a apresentada na demonstração de resultado do exercício:

	2017	2016
Receita operacional bruta	191.909	187.893
Menos:		
Impostos sobre serviços	(5.769)	(7.287)
	186.140	180.606

20. Despesas por natureza:

	2017	2016
Gastos gerais com serviços logísticos	(75.556)	(102.310)
Outras despesas	(19.582)	(15.444)
	(95.138)	(117.754)

Classificadas como:

Custo dos serviços prestados	(77.092)	(101.937)
Administrativas e gerais	(18.046)	(15.817)
	(95.138)	(117.754)

21. Resultado financeiro líquido:

	2017	2016
Receitas financeiras		
Rendimentos com aplicações financeiras	1.538	1.338
Varição cambial de clientes	5.396	3.550
Operações com derivativos ativos	8.004	-
Outras receitas financeiras	-	133
	14.938	5.021

Despesas financeiras		
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(7.406)	(11.109)
Varição cambial passiva	(2.335)	(3.616)
Operações com derivativos passivos	(10.130)	-
Imposto sobre operações financeiras e mútuo	-	(712)
Outras despesas	(155)	(1.116)
	(20.026)	(16.553)
	(5.088)	(11.532)

Total do resultado financeiro líquido

22. Despesa com imposto de renda e contribuição social:

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social debitada em resultado é demonstrada como segue:

	2017	2016
Lucro contábil antes do imposto de renda e da contribuição social	83.277	50.683
Resultado de equivalência patrimonial	14	-
Lucro contábil antes do imposto de renda e da contribuição social	83.291	50.683
Alíquota fiscal combinada	34%	34%

Imposto de renda e contribuição social:		
Pela alíquota fiscal combinada	(28.314)	(17.232)
Adições permanentes:		
Outras	(173)	(170)
Multas	(8)	-

Exclusões permanentes:		
Outras	-	34
Deduções do IRPJ - PAT	490	235
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	(28.005)	(17.133)
Alíquota efetiva	34%	34%
Impostos correntes	(27.253)	(13.482)
Impostos diferidos	(752)	(3.651)

CONTADORA	
Vanessa Siqueira Sameijima CRC 1SP 238.292/O-0	

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Conselheiros e Diretores da
Companhia Auxiliar de Armazéns Gerais S.A.
São Paulo - SP

Opinião
Examinamos as demonstrações financeiras da Companhia Auxiliar de Armazéns Gerais S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Auxiliar de Armazéns Gerais S.A. em 31 de março de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras
A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das

demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações

feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 17 de maio de 2017